

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO  
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA  
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA  
CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.

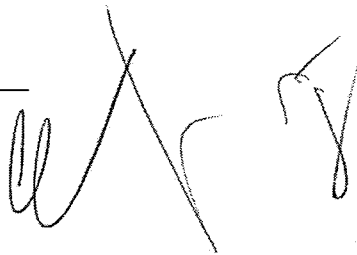
entre

CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.,  
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS,  
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de  
1º de abril de 2013



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

**CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.**, sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a CVM - Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia BR-116, Km 395, nº 2651, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o número 77.955.532/0001-07, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora"); e

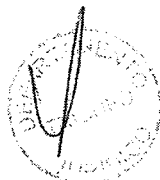
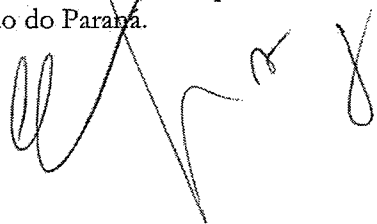
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 4, sala 514 - Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente Emissão ("Debenturistas"), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Construtora Triunfo S.A." ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais ou feriados no Município de São Paulo, Estado de São Paulo e no Município de Curitiba, Estado do Paraná.



## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

### 1. Autorização da Emissora

1.1 A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral da Emissora em reunião realizada em 1º de março de 2013 ("AGE"), na qual foi deliberada a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições, além da constituição das Garantias (conforme abaixo definido); tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e com o Estatuto Social da Emissora consolidado datado de 20 de maio de 2009 e arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR ("JUCEPAR") sob o nº 20092496946 em 25 de junho de 2009 (com alterações em 29 de junho de 2009, 21 de outubro de 2009, 30 de dezembro de 2009 e 27 de dezembro de 2011).

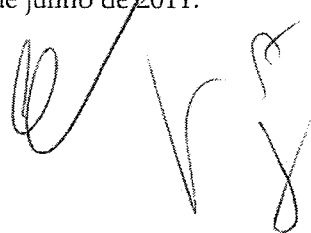
## CLÁUSULA II REQUISITOS

2. A primeira emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e desta Escritura ("Emissão"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1 Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. Por tratar-se de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Emissão está automaticamente dispensada do registro na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", datado de 1º de junho de 2011.



## 2.2. Arquivamento na JUCEPAR e Publicação dos Atos Societários

2.2.1. A ata da AGE foi arquivada na JUCEPAR e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal do Estado do Paraná, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.3. Inscrição da Escritura na JUCEPAR

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEPAR, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo uma cópia do respectivo protocolo ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis a contar do referido protocolo, e uma via original devidamente registrada da Escritura ou eventuais aditamentos em até 3 (três) Dias Úteis a contar da data do registro na JUCEPAR.

## 2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

(a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Títulos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e

(b) negociação no mercado secundário por meio da CETIP 21 Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), administrado e operacionalizado pela CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Número da Emissão

3.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a primeira emissão de debêntures da Emissora.

### 3.2. Valor Total da Emissão



3.2.1. O valor total da Emissão é de até R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

### 3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única, sendo as debêntures objeto da Emissão doravante denominadas "Debêntures".

### 3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão utilizados para a aquisição de equipamento de dragagem ("Draga") necessário para o cumprimento adequado do 'Contrato de Obras e Serviços de Dragagem de Manutenção' nº 032/2012 celebrado em 24 de setembro de 2012 ("Contrato de Dragagem") entre a Emissora e a Superintendência do Porto de Itajaí ("Poder Concedente").

3.4.2. A aquisição da Draga poderá ser feita diretamente pela Emissora ou pela Triunfo Construction LLP, sociedade controlada pela Emissora, com sede no Reino Unido ("SPE"), sendo que, caso a aquisição seja realizada pela SPE, os recursos líquidos captados pela Emissora serão investidos na SPE, em qualquer modalidade, para que esta realize a aquisição direta da Draga.

### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Primeira Emissão da Construtora Triunfo S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais



Handwritten signature and the number 5.

e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e de que (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.5.2.3. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.


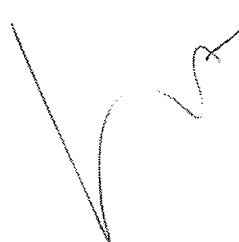
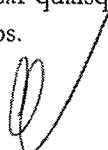
### **3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.6.1 O banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A. ("Banco Liquidante") e o escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A. ("Escriturador"), cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures.

### **3.7 Objeto Social da Emissora**

3.7.1 De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende as atividades de engenharia civil, construção em geral, e montagem eletromecânica, atuando como construtora, montadora, coordenadora, supervisora, na execução por administração, empreitada, subempreitada, concessionária, permissionária e demais modalidades de contratação, abrangendo a construção de estradas, terraplenagens, pavimentações, concretagens, edificações, ferrovias, dragagens, portos, canais, nas atividades de navegando, lacustres, fluviais e marítimas, montagens industriais e obras hidráulicas em geral, execuções de linhas e redes de transmissão, telecomunicações e operações de hidrelétricas, estações elevatórias de tratamento sanitário e de infraestrutura, concessões de água e esgoto, concessão e exploração de rodovias, hidrelétricas, geração, transmissão, e distribuição de energia elétrica, e demais serviços públicos, pesquisas, lavras, exploração e aproveitamento, inclusive sua comercialização, de recursos minerais no território nacional, as atividades de exploração e execução dos serviços relativos às modalidades de limpeza urbana, compreendendo coleta de lixo, varrição, transporte, remoção e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, industriais, hospitalares e demais correlatos, de operação de aterros sanitários, incorporações e construções de imóveis próprios e de terceiros, loteamentos, venda e compra de imóveis, elaboração de projetos de engenharia, assessoria e consultoria técnicas, de serviços auxiliares inclusive, bem como complementares, podendo realizar quaisquer atividades que se relacionem ou se assemelham aos objetivos supramencionados.





## CLÁUSULA IV

### CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

#### 4.1 Características Básicas

**4.1.1 Data de Emissão:** Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 10 de abril de 2013 ("Data de Emissão").

**4.1.2 Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

**4.1.3 Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real.

**4.1.4 Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

**4.1.5. Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 10 de abril de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado facultativo total e amortização facultativa parcial. Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao resgate das Debêntures que ainda estiverem em circulação (conforme abaixo definido) com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme abaixo definido), acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data de Vencimento, e demais encargos devidos.

**4.1.6 Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"), observado o disposto na Cláusula 3.5.2.1 acima.

**4.1.7 Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 60.000 (sessenta mil) Debêntures.

#### 4.2 Remuneração

**4.2.1 Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

**4.2.2 Juros Remuneratórios:** sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo",



7

expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over") acrescida de um spread ou sobretaxa de 3,25% (três inteiros e vinte e cinco décimos por cento) ao ano ("Juros Remuneratórios"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável), inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, exclusive.

4.2.2.1 Observada a periodicidade prevista na Cláusula 4.4 abaixo, os Juros Remuneratórios serão pagos em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures resultante do resgate antecipado facultativo ou da amortização facultativa parcial das Debêntures, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VII desta Escritura, conforme aplicável).

4.2.2.2 Os Juros Remuneratórios serão calculados pela seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J = Valor Unitário dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), no início de cada Período de Capitalização informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI Over, com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$





onde:

k = número de ordem das Taxas DI Over, variando de 1 até "n";

n = número total de Taxas DI Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  = Taxa DI Over, de ordem k, expressa ao ano, conforme divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

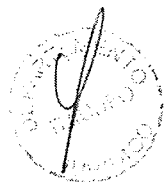
onde:

Spread = 3,2500;

n = número de Dias Úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DP = número de Dias Úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

DT = número de Dias Úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro



Handwritten signature and initials.

#### 4.2.2.3 Observações:

- (a) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI Over deverá ser utilizada com 2 (duas) casas decimais, conforme divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.4 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, não houver divulgação da Taxa DI Over pela CETIP, será aplicada na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa DI Over divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI Over que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias corridos e consecutivos, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI Over a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias corridos e consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, aplicar-se-á no lugar da Taxa DI Over, automaticamente, a taxa que venha a substituí-la legalmente. Caso não haja uma taxa substituta legal para a Taxa DI Over, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do fim do prazo de 10 (dez) dias corridos indicado nesta Cláusula 4.2.2.5, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), no modo e prazos estipulados na Cláusula XI desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 11.4 abaixo, será utilizada a variação da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por 1 (um) dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) ou



10

em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

4.2.2.7 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI Over venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI Over então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.2.8 Para fins da presente Escritura, a expressão "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização.

4.2.2.9 Para fins da presente Escritura, o período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

#### 4.3 Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado anualmente, todo dia 10 do mês de abril de cada ano, a partir de 10 de abril de 2014, inclusive, conforme periodicidade e percentuais descritos na tabela a seguir (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização"):

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures
em 10 de abril de 2014	14%
em 10 de abril de 2015	16%
em 10 de abril de 2016	20%
em 10 de abril de 2017	22%
em 10 de abril de 2018	28%

#### 4.4 Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1 Os valores relativos aos Juros Remuneratórios deverão ser pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de outubro de 2013, e o último pagamento na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios").



Handwritten signature and the number 11.

#### 4.5 Local de Pagamento

4.5.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) por meio do Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ("Local de Pagamento").

#### 4.6 Garantias

4.6.1 O integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura será garantido pelas garantias descritas abaixo ("Garantias"):

4.6.1.1 *Guarantee and Indemnity* a ser constituído e formalizado de acordo com as Leis do Reino Unido, pela SPE, e *Mortgage* sobre a Draga (ou sobre a Nova Draga (conforme abaixo definido), conforme a Draga vier a ser substituída), a ser constituído e formalizado de acordo com as Leis da Libéria, pela SPE ("Ônus – Draga"), devendo tais documentos serem devidamente notariados, consularizados, com tradução juramentada e/ou de outra forma devidamente legalizados de acordo com as disposições de apostilamento e registro de documentos estrangeiros aplicáveis, de forma que sejam válidos e vigentes no Brasil, para todos os fins e efeitos legais no prazo de no máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da Data de Emissão; e

4.6.1.2 Cessão fiduciária, nos termos do 'Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos', a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de cedente, o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de banco depositário e administrador de conta, e o Agente Fiduciário, na qualidade de cessionário em representação dos Debenturistas, dos seguintes direitos, de titularidade da Emissora:

- (a) todos os direitos de crédito, direitos a receitas, reivindicações e recebíveis de qualquer natureza da Emissora, bem como direitos de indenização e emergentes, presentes e futuros, oriundos do Contrato de Dragagem;
- (b) direitos de crédito, atuais e futuros, da Emissora, mantidos de tempos em tempos (inclusive em trânsito e/ou em processo de compensação bancária), na conta vinculada, na qual serão depositados todos os valores decorrentes do Contrato de Dragagem ("Conta Vinculada"); e
- (c) direitos de crédito, atuais e futuros, decorrentes dos Contratos de Seguro da Draga (conforme definido abaixo), contratados, nos termos desta Escritura, e conforme vierem a ser renovados.



*[Handwritten signatures]*

4.6.1.3 As cessões fiduciárias elencadas na Cláusula 4.6.1.2 estão em conformidade com o que está previsto e especificado no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária") e no Contrato de Administração de Contas Correntes e Outras Avenças ("Contrato de Administração de Contas" e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária, os "Contratos de Garantia Brasileiros"), celebrados, nesta data, entre a Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e o Banco Depositário (Contratos de Garantia Brasileiros em conjunto com o Ônus – Draga, os "Contratos de Garantia").

#### 4.7 Prorrogação dos Prazos

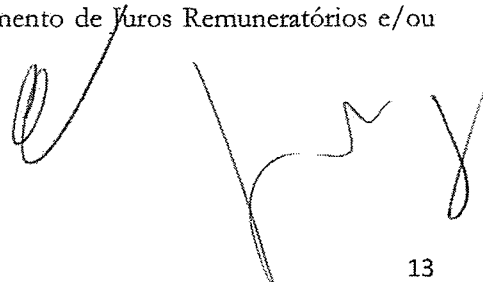
4.7.1 Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.8 Encargos Moratórios

4.8.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e do disposto na Cláusula VII desta Escritura, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irreduzível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis*, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

#### 4.9 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.9.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.



#### 4.10 Preço de Subscrição

4.10.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário. Após a primeira subscrição e integralização das Debêntures, o preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura ("Preço de Subscrição das Debêntures").

#### 4.11 Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.11.1 A integralização das Debêntures será realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição das Debêntures de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

#### 4.12 Repactuação

4.12.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.13 Publicidade

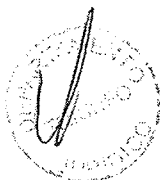
4.13.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no Jornal do Estado do Paraná e no Diário Oficial do Estado do Paraná, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (<http://www.grupotriunfo.com.br/>), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

#### 4.14 Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.14.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

#### 4.15 Liquidez e Estabilização

4.15.1 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.



#### 4.16 Imunidade de Debenturistas

4.16.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

#### 4.17 Fundo de Amortização

4.17.1 Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

### CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

#### 5.1. Celebração de Aditamentos à Escritura e Arquivamento na JUCEPAR

5.1.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados, em até 30 (trinta) dias corridos, na JUCEPAR.

### CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA PARCIAL

#### 6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade do Debenturista, a qualquer tempo, realizar: (i) a amortização parcial facultativa antecipada do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), neste caso, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Facultativa Parcial"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo total, que deverá abranger todas as Debêntures em Circulação ("Resgate Antecipado Facultativo Total", e, em conjunto com a Amortização Facultativa Parcial os "Eventos").

6.1.2. Os Eventos elencados nos itens "(i)" e "(ii)" da Cláusula 6.1.1 acima somente poderão ocorrer mediante comunicação ao Agente Fiduciário e publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.13 desta Escritura ("Comunicação"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização de cada um dos Eventos ("Data do Evento").

6.1.2.1. Por ocasião da Amortização Facultativa Parcial e do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures resgatadas ou amortizadas acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive, conforme aplicável, até a respectiva Data do Evento, exclusive ("Valor do Evento").

6.1.2.2. Na Comunicação deverá constar: (a) a Data do Evento; (b) menção ao Valor do Evento; e (c) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, que será amortizado nos termos desta Cláusula VI, a ser definido a exclusivo critério da Emissora; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Evento.

6.1.2.3. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

6.1.3. Caso ocorra quaisquer dos Eventos com relação a quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Evento também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.3.1. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre os Eventos com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o respectivo Evento, por meio de envio de correspondência contendo o "de acordo" do Agente Fiduciário.

6.1.4. A data para realização de qualquer Evento no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

## CLÁUSULA VII

### VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, sempre respeitados os prazos de cura específicos determinados nos itens abaixo, e exigir da Emissora o pagamento em até 1 (um) Dia Útil contado do recebimento da notificação acima referida pela Emissora do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do





Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses ("Evento de Vencimento Antecipado"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária em favor dos Debenturistas relacionada às Debêntures, à esta Escritura, ao Contrato de Distribuição e/ou aos Contratos de Garantia, na respectiva data de vencimento, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado da data do respectivo vencimento, exceto quando houver prazo de cura específico; e/ou não cumprimento das obrigações financeiras definidas na alínea "(n)", da Cláusula 8.1 abaixo;
- (b) se a Emissora inadimplir qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, no Contrato de Distribuição e/ou nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do respectivo descumprimento, exceto quando houver prazo de cura específico;
- (c) se a Emissora e/ou SPE não pagarem na data de vencimento original, observados eventuais prazos de cura previstos nos respectivos contratos, quaisquer obrigações financeiras, contraídas junto a terceiros, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o não pagamento da obrigação financeira na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância do credor correspondente, ou (ii) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora ou por quaisquer de suas controladas;
- (d) se a Emissora não pagar na data de vencimento original, observados eventuais prazos de cura previstos nos respectivos contratos, quaisquer obrigações financeiras contraídas junto aos Debenturistas e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelos Debenturistas, inclusive no exterior;
- (e) se a SPE não pagar na data de vencimento original, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados da data do respectivo vencimento, exceto quando houver prazo de cura específico, quaisquer obrigações financeiras contraídas junto aos Debenturistas e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelos Debenturistas, inclusive no exterior;
- (f) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora no mercado local ou internacional, (i) com os Debenturistas; ou (ii) com terceiros, neste caso específico, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (g) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da SPE no mercado local ou internacional, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados da data do respectivo vencimento, exceto quando houver prazo de cura específico (i) com os



Debenturistas; ou (ii) com terceiros, neste caso específico, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

- (h) existência de protesto de títulos contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se, no prazo legal, seja validamente comprovado pela Emissora: (i) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) que o protesto foi cancelado; ou ainda, (iii) que foram prestadas garantias em juízo;
- (i) existência de protesto de títulos contra a SPE, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido protesto, contra a SPE, seja validamente comprovado pela SPE: (i) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) que o protesto foi cancelado; ou ainda, (iii) que foram prestadas garantias em juízo;
- (j) não cumprimento de qualquer procedimento administrativo, decisão judicial ou arbitral contra a Emissora e/ou SPE, ordenando o pagamento de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou equivalente em moeda estrangeira;
- (k) requerimento de falência da Emissora e/ou SPE feito por terceiros, sem que os efeitos desse pedido tenham sido elididos no prazo legal, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora e/ou SPE, desde que não elidido no prazo legal;
- (l) extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, ou decretação de falência, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Emissora e/ou SPE;
- (m) se ocorrer a transferência a terceiros dos direitos e obrigações da Emissora e/ou SPE previstos nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia e/ou no Contrato de Distribuição, sem a prévia concordância por escrito dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário;
- (n) se ocorrer alterações no controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou na composição acionária da SPE, exceto se previamente aprovado por escrito pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que para fins desta Escritura, controle significa a posse, direta ou indireta, do poder de dirigir ou providenciar a direção da administração ou políticas da Emissora, quer por meio (i) da titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral da Emissora; ou (ii) do poder de eleger a maioria dos administradores da Emissora;
- (o) se a Emissora e/ou SPE (ou suas ações) vierem a ser incorporadas, ocorrer a fusão ou a cisão da Emissora e/ou SPE, a venda ou ocorrer qualquer outra forma de reorganização societária, exceto (i) para reorganizações societárias realizadas dentro do grupo econômico da Emissora; e (ii) se previamente aprovado em Assembleia de Debenturistas, nos termos da Cláusula 7.1.1.1 abaixo;



Handwritten signatures and initials.

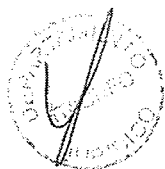
- (p) mudança ou alteração (i) do objeto social e/ou sede da Emissora; (ii) do objeto social da SPE, sem a prévia anuência dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário;
- (q) descumprimento da obrigação da manutenção de contratos de seguro da Draga com empresas de rating mínimo A (S&P), ou entre as maiores seguradoras do país ("Contratos de Seguro da Draga"), observado o prazo de 90 (noventa) dias corridos para contratação de tais seguros com os Riscos Cobertos, conforme descritos na alínea (q), da Cláusula 8.1 abaixo;
- (r) realização de redução de capital da Emissora sem a prévia aprovação da Assembleia de Debenturistas, nos termos da Cláusula 7.1.1.1 abaixo;
- (s) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, caso tal pagamento implique em descumprimento dos índices e obrigações financeiras estabelecidas na Cláusula 8 abaixo, ou pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio na ocorrência de qualquer hipótese de Evento de Vencimento Antecipado, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (t) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (u) não observância dos limites estabelecidos nas obrigações financeiras descritas na alínea (n), da Cláusula 8.1 abaixo;
- (v) caso as declarações feitas pela Emissora, em seu nome ou em nome da SPE, nesta Escritura e nos Contratos de Garantia Brasileiros demonstrem-se falsas ou enganosas ou, ainda, sejam incorretas, inconsistentes ou incompletas;
- (w) caso as declarações feitas pela SPE no *Guarantee and Indemnity* e no *Mortgage* demonstrem-se falsas ou enganosas ou, ainda, sejam incorretas, inconsistentes ou incompletas;
- (x) aplicação dos recursos oriundos desta Emissão em destinação diversa da descrita nesta Escritura;
- (y) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças aplicáveis, que interrompa o exercício de suas atividades principais e acessórias, no âmbito do Contrato de Dragagem, ou seja, que causem a interrupção e/ou suspensão das operações da Emissora e/ou SPE;
- (z) término ou rescisão do Contrato de Dragagem;



Handwritten signature and initials.

Handwritten signature.

- (aa) avaria e/ou perda total ou parcial da Draga ou Nova Draga que a torne inservível para prestação dos serviços objeto do Contrato de Dragagem, desde que referida Draga ou Nova Draga não seja substituída no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- (bb) caso ocorra, a qualquer tempo, rescisão do Contrato de Dragagem pelo Poder Concedente por qualquer motivo;
- (cc) ato de qualquer autoridade governamental, com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou SPE;
- (dd) ônus em favor de terceiros da Draga exceto se (i) para compor pagamento para a aquisição de novo equipamento de dragagem com funções e capacidades necessárias para o cumprimento apropriado das obrigações decorrentes do Contrato de Dragagem ("Nova Draga"), observada, neste caso, a obrigação de constituição e formalização da garantia sobre a Nova Draga, de acordo com as condições e prazos descritos na alínea "(jj)" desta Cláusula; ou (ii) previamente aprovado pelos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário;
- (ee) oneração em favor de terceiros da Draga e/ou Nova Draga, conforme aplicável, exceto se previamente aprovado pelo Agente Fiduciário, conforme deliberação dos Debenturistas;
- (ff) caso haja, a qualquer tempo, atraso, suspensão ou paralização das atividades objeto do Contrato de Dragagem por culpa da Emissora, desde que não remediado no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados de referido atraso, suspensão ou paralização;
- (gg) caso, por qualquer motivo, a Emissora informe ao Poder Concedente no âmbito do Contrato de Dragagem conta corrente diversa daquela definida em conjunto pelas partes como sendo a Conta Vinculada, sem prévia anuência por escrito do Agente Fiduciário;
- (hh) caso os Contratos de Garantia deixem de ser válidos, vigentes ou exequíveis, ou o Agente Fiduciário deixe de deter a propriedade fiduciária, sem concorrência com terceiros, sobre os bens objeto dos Contratos de Garantia;
- (ii) caso esta Escritura e os Contratos de Garantia, ou qualquer uma de suas respectivas disposições substanciais, forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor ou de qualquer forma deixarem de ser exequíveis;
- (jj) caso a Emissora e/ou SPE não comprovem no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da Data de Emissão, a efetiva constituição e formalização do Ônus – Draga, incluindo (i) a realização das aprovações pertinentes e dos registros necessários junto aos cartórios e/ou órgãos competentes, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário; e (ii) apresentação de opinião legal a ser emitida pelo Mayer Brown LLP e pelo Holland & Knight atestando a exequibilidade, validade e eficácia do



Ônus-Draga e confirmando que os signatários do Ônus-Draga tem poderes para assinar os documentos aplicáveis, em termos satisfatórios aos Debenturistas;

(kk) caso, após a substituição da Draga pela Nova Draga, a Emissora e/ou SPE não comprove no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da aquisição da Nova Draga, a constituição e formalização do ônus sobre a Nova Draga, incluindo (i) a realização das aprovações pertinentes e dos registros necessários junto aos cartórios e/ou órgãos competentes, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e (ii) apresentação de opinião legal a ser emitida pelo Mayer Brown LLP e pelo Holland & Knight atestando a exequibilidade, validade e eficácia do Ônus-Draga sob a Nova Draga e confirmando que os signatários do Ônus-Draga tem poderes para assinar os documentos aplicáveis, em termos satisfatórios aos Debenturistas;

(ll) caso a Emissora não entregue ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data de celebração desta Escritura, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, em relação à obrigatoriedade de depósito dos recebíveis do Contrato de Dragagem na Conta Vinculada, cópia da notificação por escrito evidenciando a ciência e concordância do Poder Concedente e, caso não seja possível a obtenção de referida concordância, cópia do comprovante de entrega da notificação extrajudicial evidenciando a ciência inequívoca do Poder Concedente;

(mm) caso se verifique qualquer falsidade, incorreção ou omissão nas declarações da Emissora, em seu nome e/ou em nome da SPE, e/ou SPE, conforme aplicável, nos Contratos de Garantia e/ou no Contrato de Distribuição; e

(nn) caso ocorra, a qualquer tempo, evidência de dano ambiental relacionado as atividades objeto do Contrato de Dragagem.

7.1.1. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados na Cláusula 7.1 acima, exceto os indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (f), (k), (l), (m), (u), (y), (bb), (gg), (hh), (ii) e (kk), o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tiver ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula XI e o quórum específico estabelecido na Cláusula 7.1.1.1 abaixo.

7.1.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 7.1.1 acima somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de Debenturistas representando 90% (noventa) por cento das Debêntures em Circulação.

7.1.1.2. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Cláusula 7.1.1.1 supra, na data originalmente estabelecida para sua realização, será convocada nova Assembleia Geral de Debenturistas, a qual deverá seguir o quórum de instalação em segunda convocação previsto na Cláusula 11.2 abaixo, e o quórum de



21

aprovação de maioria simples dos titulares das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembleia Geral.

7.1.2. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, mediante pagamento em até 1 (um) Dia Útil contados do recebimento de notificação, do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável), inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, e dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura.

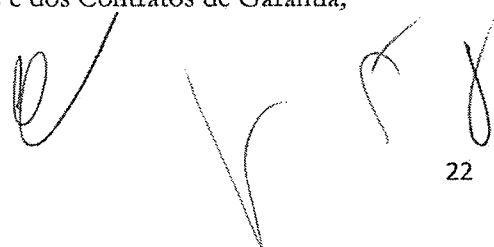
7.1.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário (i) deverá enviar notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures; (ii) poderá tomar todas as medidas necessárias à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas, assim como para execução dos Contratos de Garantia.

## CLÁUSULA VIII

### OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago:

- (a) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos após o término do exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (b) declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão;
- (b) a Emissora obriga-se a encaminhar ao Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento, por ela e/ou pela SPE, de citação, cópia de pedido de falência, recuperação ou evento equivalente apresentado por terceiros contra si e/ou contra a SPE;
- (c) a Emissora obriga-se a fazer com que a SPE não efetue novos investimentos ou assuma novos compromissos de investimentos ou endividamentos, sem que haja anuência prévia e por escrito do Agente Fiduciário, se assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (d) a Emissora obriga-se a cumprir e manter em vigor todas as autorizações societárias, inclusive todas as autorizações societárias da SPE, necessárias à validade e à exequibilidade desta Escritura, das Debêntures e dos Contratos de Garantia;



- (e) a Emissora obriga-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário, tão logo tenha conhecimento de fato que possa causar uma Mudança Adversa Relevante (conforme abaixo definido);
- (f) a ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos na Cláusula 7.1 acima deverão ser prontamente comunicados, ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em 2 (dois) Dias Úteis;
- (g) a Emissora obriga-se a cumprir, e fazer com que a SPE cumpra, todas as leis, regras, regulamentos e ordens que forem materialmente aplicáveis às atividades previstas em seu objeto social, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, especialmente, mas sem limitação, cumprir a legislação trabalhista e a legislação ambiental brasileira aplicável;
- (h) a Emissora obriga-se a adotar, e fazer com que a SPE adote, todas as medidas necessárias para manter sempre válidas, eficazes e em pleno vigor todas as outorgas, autorizações, licenças (inclusive ambientais) aplicáveis exigidas pela legislação brasileira e essenciais à aquisição, afretamento e operação da Draga à Emissora ("Licenças"); e informar, por escrito, ao Agente Fiduciário, eventual perda de qualquer das Licenças, tão logo tenha ciência da perda, ressalvadas as licenças que na Data de Emissão desta Escritura não estão regulares, com relação às quais a Emissora obriga-se a fazer seus melhores esforços para regularização no menor tempo possível;
- (i) a Emissora obriga-se a cumprir a legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando a mesma as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas pela legislação vigente para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (j) a Emissora obriga-se a destinar os recursos da Emissão em conformidade com legislação socioambiental e trabalhista vigentes, inclusive aos Princípios do Equador;
- (k) a Emissora obriga-se a informar por escrito o Agente Fiduciário, semanalmente, até a efetiva constituição do Ônus-Draga sobre a Draga e/ou Nova Draga, conforme aplicável, sobre quaisquer informações relevantes sobre o andamento da mencionada constituição do Ônus-Draga (status da documentação, assinatura e respectivos registros), assim como estimativa para a realização da aquisição e constituição do Ônus-Draga e/ou da Nova Draga, conforme aplicável;



Handwritten signatures and initials.

- (l) a Emissora obriga-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e/ou SPE no âmbito do Contrato de Dragagem, conforme aplicável;
- (m) a Emissora se obriga a arcar com todos os custos comprovadamente decorrentes da celebração desta Escritura, da emissão das Debêntures, celebração dos Contratos de Garantia e do Contrato de Distribuição, incluindo todos os custos relativos aos seus registros nos cartórios competentes e demais despesas correlatas, caso aplicável, incluindo eventuais honorários advocatícios do assessor legal do Agente Fiduciário;
- (n) a Emissora obriga-se a não conceder, e fazer com que a SPE não conceda, empréstimos e/ou garantias em favor de coligadas, controladas, controladoras ou partes relacionadas, sem que haja anuência prévia e por escrito dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, exceto empréstimos e/ou garantias em favor da SPE;
- (o) a Emissora obriga-se a aplicar integralmente os recursos oriundos da emissão das Debêntures exclusivamente na aquisição da Draga e Nova Draga, conforme aplicável;
- (p) a Emissora deverá cumprir as obrigações financeiras estabelecidas nos itens "(i)" e "(ii)" desta alínea. Para os fins desta alínea, a Emissora obriga-se a emitir e encaminhar ao Agente Fiduciário, anualmente, no prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos após o término do exercício social, relatório assinado pelo auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais da Emissora atestando o cumprimento de referidas obrigações financeiras.
- (i) Alavancagem máxima pela Emissora: a ser calculada pelo auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais da Emissora e com base em referidas demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas da Emissora, ao final de cada ano a partir da Data de Emissão decorrente do quociente obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA; os quocientes são inferiores a 4,0x para o ano fiscal 2013 e inferior a 3,0x para o ano fiscal 2014 e para os anos subsequentes;
- a. Considera-se como "Dívida Líquida", a soma dos saldos dos Empréstimos e Financiamentos, Descontos de Duplicatas e outras dívidas financeiras onerosas, menos as disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa);
- b. Considera-se como "EBITDA", a Receita Operacional Líquida, excluindo-se (i) Pleitos (Juros, Moras e demais contabilizações); (ii) Custos dos Serviços; e (iii) Receitas (Despesas) Operacionais (excetuando-se ganhos/perdas com Propriedade para Investimentos); e adicionando-se (i) Despesas com Amortizações e Depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.





- (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") mínimo de 1,20x durante toda a vigência desta Escritura.
- (q) a Emissora obriga-se a: (i) não ceder os direitos e/ou obrigações do Contrato de Dragagem em favor de qualquer terceiro, exceto se de outra forma aprovado por escrito pelos Debenturistas na forma prevista na Cláusula 11.4; e (ii) não encerrar a Conta Vinculada sem a anuência prévia do Agente Fiduciário, se assim deliberado, pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (r) a Emissora obriga-se a não efetuar o pagamento de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, caso tal pagamento implique em descumprimento dos índices e obrigações financeiras estabelecidas nesta Cláusula 8.1, ou na hipótese de vencimento antecipado das obrigações da Emissora sob esta Escritura;
- (s) a Emissora obriga-se a manter válidos os Contratos de Seguros da Draga, sendo que referidos seguros deverão ter o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como co-segurado e ter cobertura mínima usual para o mercado de equipamentos de dragagem como, por exemplo, os seguintes riscos: (a) responsabilidade civil, (b) força maior, (c) danos e (d) prejuízos ("Riscos Cobertos"). A Emissora, ainda, obriga-se entregar cópia dos Contratos de Seguros da Draga, bem como de suas eventuais alterações, ao Agente Fiduciário;
- (t) manutenção do Controle direto e indireto da Emissora e da composição acionária da SPE, durante todo o prazo desta Escritura, exceto se de outra forma aprovado por escrito pelos Debenturistas na forma prevista na Cláusula 11.4 abaixo;
- (u) a Emissora deverá assegurar que, durante todo o tempo, esta Escritura e as Debêntures se classifiquem ao menos *pari passu* em prioridade de pagamento com todas as outras obrigações financeiras/endividamentos da Emissora contraídos de tempos em tempos, de acordo com os termos desta Escritura;
- (v) a Emissora deverá informar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da respectiva ciência, a intenção do Poder Concedente, no âmbito do Contrato de Dragagem, em depositar os recebíveis devidos à Emissora em conta diversa da Conta Vinculada e a conta indicada pelo Poder Concedente;
- (w) a Emissora deverá, no Dia Útil imediatamente seguinte ao depósito descrito na alínea "(v)" acima, providenciar e comprovar ao Agente Fiduciário, a transferência dos recursos para a Conta Vinculada;
- (x) a Emissora deverá pagar e fazer com que a SPE pague nas respectivas data de vencimento, todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual, federal), trabalhista, previdenciária, ambiental decorrentes de suas atividades;
- (y) a Emissora obriga-se a entregar a comprovação da obtenção pela Emissora e pela SPE, de todas as aprovações societárias, contratuais, governamentais e/ou regulamentares



necessárias para a celebração desta Escritura, para que as Debêntures sejam emitidas e para a celebração dos Contratos de Garantia;

(z) a Emissora obriga-se a fazer com que a SPE tome todas as medidas necessárias para aquisição da Draga e/ou Nova Draga, e a consequente constituição do Ônus-Draga conforme aplicável, bem como para que forneça os documentos necessários, incluindo, sem limitação, opinião legal a ser emitida pelo Mayer Brown LLP e pelo Holland & Knight atestando a exequibilidade, validade e eficácia do Ônus-Draga e confirmando que os signatários do Ônus-Draga tem poderes para assinar os documentos aplicáveis, em termos satisfatórios aos Debenturistas, comprovando a constituição do Ônus sobre a Draga e/ou Nova Draga; e

(aa) a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido relatório do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

8.2. Para os fins desta Escritura e, especialmente desta Cláusula, o seguinte deverá ser considerado:

(i) O cálculo do EBITDA utilizará os resultados publicados dos últimos 12 (doze) meses, observado o disposto na Cláusula 8.1 (n), (i) acima.

(ii) Para os fins do item "(ii)", alínea "(p)" acima, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é definido como o quociente entre:

- no numerador: somatória dos recebíveis decorrentes do Contrato de Dragagem, apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;

- no denominador: saldo devedor das Debêntures no referido período.

(iii) Os *covenants* financeiros, contendo o relatório consolidado da memória de cálculo, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos *covenants* financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora descritos nesta Cláusula 8.1 serão acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário, com base em demonstrações financeiras anuais auditadas da Emissora, a serem entregues pela Emissora ao Agente Fiduciário assim que disponíveis, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, sendo que o primeiro acompanhamento será realizado com base no ano fiscal de 2013, podendo



*[Handwritten signature]*

o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

## CLÁUSULA IX

### CONDIÇÕES PRECEDENTES PARA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação financeira das Debêntures está sujeito à comprovação, pela Emissora, até às 11h00 (onze horas) do dia anterior à data pretendida para liquidação financeira das Debêntures, do cumprimento cumulativo e satisfatório das seguintes condições suspensivas:

- (i) celebração desta Escritura, do Contrato de Distribuição e dos Contratos de Garantia Brasileiros;
- (ii) recebimento da via desta Escritura devidamente celebrada e arquivada na JUCEPAR e uma via original de todos os Contratos de Garantia Brasileiros devidamente assinados e aperfeiçoados, e registrados nos cartórios competentes;
- (iii) recebimento das cópias autenticadas dos documentos societários da Emissora e da SPE que, conforme aplicável, (A) comprovem os poderes de seus representantes que assinaram esta Escritura, o Contrato de Distribuição e os Contratos de Garantia, conforme aplicável; e (B) aprovem a emissão desta Escritura e a celebração dos Contratos de Garantia, todos devidamente registrados nas Juntas Comerciais competentes, além do Contrato de Distribuição, conforme aplicável;
- (iv) comprovação, pela Emissora da obtenção pela Emissora de todas as aprovações societárias, contratuais, governamentais e/ou regulamentares necessárias para que esta Escritura seja emitida e para a celebração dos Contratos de Garantia Brasileiros;
- (v) inexistência de qualquer inadimplemento ou Evento de Vencimento Antecipado, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia Brasileiros;
- (vi) inexistência de qualquer inadimplemento ou evento de vencimento antecipado em relação a quaisquer obrigações financeiras contraídas pela Emissora, ou por seus respectivos grupos econômico, no mercado local ou internacional;
- (vii) todas as declarações e garantias prestadas pela Emissora, em seu nome e em nome da SPE, e/ou pela SPE, conforme aplicável, nesta Escritura, no Contrato de Distribuição e nos Contratos de Garantia Brasileiros deverão estar completas, válidas, corretas e verdadeiras na data da liquidação financeira das Debêntures, como se tivessem sido prestadas em tal data;
- (viii) ausência de qualquer Mudança Adversa Relevante;



*[Handwritten signatures and initials]*

(ix) não ocorrência de (i) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora e/ou SPE; (ii) pedido de autofalência da Emissora e/ou SPE; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou SPE e não devidamente elidido por esta no prazo legal; (iv) propositura, pela Emissora e/ou SPE, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) ingresso pela Emissora e/ou SPE em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(x) conclusão do processo de *due diligence* legal limitada aos aspectos societários de constituição e representação da Emissora e aprovação da emissão desta Escritura e da celebração dos Contratos de Garantia Brasileiros, de forma satisfatória aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, no prazo de 3 (três) Dias Úteis antes da data de liquidação financeira das Debêntures;

(xi) emissão de opiniões legais, pelo Tauil & Chequer Advogados, na qualidade de assessores legais da Emissora, bem como pelo Stocche, Forbes, Padis, Filizzola e Clápis Advogados, na qualidade de assessores legais dos Debenturistas, com relação aos aspectos societários de constituição e representação da Emissora;

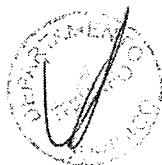
(xii) contratação e remuneração, pela Emissora, (i) dos prestadores de serviços relacionados à Emissão; e (ii) dos assessores legais, estes entendidos como Tauil & Chequer Advogados e Stocche, Forbes, Padis, Filizzola e Clápis Advogados envolvidos na emissão das Debêntures ("Assessores Legais");

(xiii) obtenção, pela Emissora, de registro das Debêntures na CETIP;

(xiv) fornecimento pela Emissora, em tempo hábil, de todas as informações, corretas, completas, consistentes, suficientes e necessárias para atender aos requisitos da Emissão;

(xv) recebimento de parecer legal dos Assessores Legais sobre as informações apuradas na *due diligence* e sua consistência com as informações constantes de qualquer material informativo para o investidor, bem como quaisquer pontos relevantes para a Emissão, em termos satisfatórios ao Coordenador, no prazo de até 1 (um) Dia Útil anterior à data de liquidação das Debêntures;

(xvi) rigoroso cumprimento pela Emissora à legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando a mesma as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. A Emissora obriga-se,



*[Handwritten signatures and initials]*

ainda, a proceder a todas as diligências exigidas pela legislação vigente para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

(xvii) conformidade da destinação dos recursos da Emissão com legislação socioambiental e trabalhista vigentes, inclusive aos Princípios do Equador; e

(xviii) cumprimento, pela Emissora, de todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476 e demais normativos aplicáveis à Emissão.

## CLÁUSULA X

### AGENTE FIDUCIÁRIO

#### 10.1. Nomeação

10.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

#### 10.2. Declaração

10.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (b) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;



- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28; e
- (m) a pessoa que o representam na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto.

### 10.3. Remuneração do Agente Fiduciário

10.3.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável em vigor e desta Escritura, uma remuneração equivalente a parcelas anuais de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) cada uma, sendo a primeira devida em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data da assinatura desta Escritura e as demais parcelas nas mesmas datas dos anos subsequentes, até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

10.3.1.1. O Agente Fiduciário deverá, com exceção do primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades até que ocorra o recebimento pela Emissora.

10.3.2. A remuneração prevista na Cláusula 10.3.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.



10.3.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

10.3.4. As parcelas referentes à remuneração prevista na Cláusula 10.3.1 acima serão atualizadas, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, ou na sua falta, ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, desde a data do pagamento da primeira parcela referida na Cláusula 10.3.1 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die*, se necessário.

10.3.5. A remuneração prevista na Cláusula 10.3.1 acima não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, *conference calls*, contatos telefônicos, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

10.3.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão, sem prejuízo da atualização monetária, sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irreduzível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, incidentes sobre o montante devido e não pago.

10.3.7. A remuneração prevista na Cláusula 10.3.1 acima será acrescida dos seguintes Impostos: (a) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (d) CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido); e (e) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.3.8. Os serviços cobertos pela remuneração prevista na Cláusula 10.3.1 acima são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e na Lei das Sociedades por Ações.

#### 10.4. Substituição

10.4.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a



qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, observado o prazo de 8 (oito) dias corridos para a primeira convocação e 5 (cinco) dias corridos para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

10.4.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

10.4.2.1. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.

10.4.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

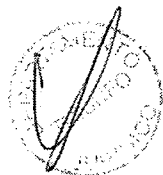
10.4.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

10.4.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

10.4.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCEPAR.

10.4.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data da integral liquidação das Debêntures, conforme aplicável.

10.4.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.





## 10.5. Deveres

10.5.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, baseado nas informações prestadas pela Emissora, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações aqui apresentadas;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;



(j) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, de forma justificada, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no Jornal do Estado do Paraná, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, às expensas da Emissora;

(l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

(m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(m.5) amortização, aquisição facultativa e pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

(m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

(m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(m.9) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e

(m.10) existência, no período, de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário, bem como



34

os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;

(n) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea “m” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(n.1) na sede da Emissora;

(n.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

(n.3) na CVM;

(n.4) na CETIP; e

(n.5) na sede do Coordenador;

(o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “n” acima;

(p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(r) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

(s) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria;

(t) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura;



(u) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu website, o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora

10.5.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

10.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir nos termos desta Escritura ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis.

## 10.6. Atribuições Específicas

10.6.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura, nos termos da Cláusula VII desta Escritura;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.



10.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" da Cláusula 10.6.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da Cláusula 10.6.1 acima.

## 10.7. Despesas

10.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, honorários de auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

10.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 10.7 será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

10.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.7.3.1. Caso o inadimplemento da remuneração do Agente Fiduciário não seja sanado pela Emissora em até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento das respectivas parcelas de remuneração, a referida remuneração será cobrada diretamente dos Debenturistas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio, pelo Agente Fiduciário, de notificação neste sentido, sendo certo que os valores devidos serão rateados entre os Debenturistas, observada a proporção entre a quantidade de Debêntures detida por cada Debenturista e o total de Debêntures em Circulação.



10.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 10.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra este, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas;
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (f) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos.

10.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

## CLÁUSULA XI

### ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

#### 11.1. Convocação

11.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.



11.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

11.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

11.1.4. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

11.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

## 11.2. Quorum de Instalação

11.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, exceto pelo disposto na Cláusula 7.1.1.1, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

11.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## 11.3. Mesa Diretora

11.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pela comunhão dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.



#### 11.4. Quorum de Deliberação

11.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Sem prejuízo de outros quoruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura e observado o disposto nesta Cláusula 11.4.1, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações dos Juros Remuneratórios, resgate antecipado, repactuação, e/ou dos itens que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, prazo das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

11.4.2. Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à Assembleia de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria simples das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembleia Geral.

11.4.3. A alteração de quórum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quórum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

#### 11.5. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

11.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

11.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

### CLÁUSULA XII

#### DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

12.1. A Emissora, nesta data e na data de emissão das Debêntures sob esta Escritura, declara e garante ao Agente Fiduciário que:

a) (i) a Emissora é sociedade devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis brasileiras e possui plenos poderes, capacidade e autoridade para conduzir os seus negócios, celebrar esta Escritura e emitir as Debêntures; (ii) a SPE é sociedade devidamente constituída e validamente existente de acordo com as Leis do Reino Unido e possui plenos poderes, capacidade e autoridade para conduzir os seus negócios;



40



b) a Emissora tomou todas as medidas necessárias para autorizar a celebração desta Escritura, a emissão das Debêntures e a celebração dos Contratos de Garantia Brasileiros, bem como para cumprir com as obrigações previstas em tais instrumentos. A celebração desta Escritura, emissão das Debêntures e a celebração dos Contratos de Garantia Brasileiros e o cumprimento das suas obrigações aqui previstas não violam, nem violarão seus documentos societários, qualquer lei, regulamento, licença já concedida ou a ser regularizada nos termos desta Escritura, autorização governamental ou decisão que vincule ou seja aplicável à Emissora, nem constitui ou constituirão inadimplemento, nem importa ou importarão em vencimento antecipado de qualquer contrato, instrumento, acordo, empréstimo ou documento de que seja parte;

c) todas as autorizações e medidas de qualquer natureza que sejam necessárias ou obrigatórias para a celebração, emissão, cumprimento, validade, eficácia e exequibilidade desta Escritura, das Debêntures e dos Contratos de Garantia Brasileiros, conforme aplicáveis, foram obtidas ou tomadas pela Emissora, sendo aquelas que foram obtidas válidas e em pleno vigor e efeito;

d) nenhuma mudança adversa relevante nas condições financeiras, econômicas ou operacionais da Emissora e da SPE, assim entendida qualquer mudança adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora ou da SPE ou qualquer dos eventos a seguir mencionados, a critério dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário:

(1) ocorrência de eventos políticos, conjunturais econômicos e/ou financeiros, inclusive situações especiais de mercado, de ordem política, econômica e social como, por exemplo: crises políticas em países que possam influenciar de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, alterações no setor de atuação da Emissora e/ou dos acionistas e/ou suas respectivas controladas, ou mesmo indicações de possíveis alterações no setor por parte das autoridades governamentais, que afetem ou possam vir a afetar negativamente a operação, ou ainda, quaisquer outros fatos que, direta ou indiretamente, torne impossível ou desaconselhável o cumprimento das obrigações assumidas;

(2) ocorrência de qualquer alteração relevante adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora e/ou SPE e/ou dos acionistas e/ou suas respectivas controladas;

e outras hipóteses não previstas que guardem relação direta de causa e efeito semelhante àquelas estabelecidas nos itens "1" e "2" acima ("Mudança Adversa Relevante"), ocorreu desde a data de celebração desta Escritura;

e) não há ações ou procedimentos, judiciais ou administrativas, de natureza ambiental, ajuizadas contra a Emissora e/ou SPE no Brasil ou no exterior;



*[Handwritten signature]*

f) esta Escritura, as Debêntures e os Contratos de Garantia Brasileiros e as obrigações previstas nos referidos documentos constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições; e

g) neste ato, na Data de Emissão e no momento da liquidação das Debêntures, a Emissora declara que os recursos decorrentes da Emissão não serão destinados a quaisquer finalidades e/ou projetos que, no melhor conhecimento da Emissora, possam diretamente causar danos sociais e ao meio ambiente.

12.1.1. A Emissora obriga-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações ora prestadas tornem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

### CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

#### 13.1. Comunicações

13.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

BR 116, Km 395, nº 2.651, Bairro Alto,  
CEP 82590-100, Curitiba/Paraná  
At: Sr. Ney Marcelo Urbano  
Tel.: (41) 3315-3085  
Fax: (41) 3315-3085  
E-mail: marcelo.urbano@grupotriunfo.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca  
CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ  
At: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira  
(Backoffice Financeiro)  
Tel: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
E-mail: [juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br) / [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)



**Para o Banco Liquidante:**

Praça Aldredo Egydio de Souza Aranha, 100 Torre Olavo Setubal Cep. 04344-902 São Paulo/SP

Código Conta CETIP: 7341000-5

Contato: Luiz Petito

Tel: +55 (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

**Para o Escriturador:**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

04538-132 – São Paulo, SP

Att: Sr. Luiz Petito

[Conta Código CETIP:]

Tel: +55 (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

**Para a CETIP:**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

13.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

13.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.



### 13.2. Renúncia

13.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### 13.3. Veracidade da Documentação

13.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

13.3.2. Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.

### 13.4. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

13.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

### 13.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

13.5.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei n 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.



### 13.6. Cômputo dos Prazos

13.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

### 13.7. Irrevogabilidade; Sucessores

13.7.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

### 13.8. Despesas

13.8.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador, da Agência de Classificação de Risco e dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

### 13.9. Lei Aplicável

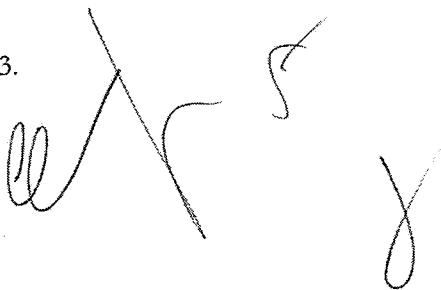
13.10.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### 13.10. Foro

13.11.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Estando assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

1º de abril de 2013.



(Página de assinaturas 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Construtora Triunfo S.A., datado de 1º de abril de 2013)

CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.

Nome: Allyrio de Jesus Dipp Filho

Cargo: Diretor Presidente

Nome: Ney Marcelo Urbano

Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro

1o TABELIONATO GIOVANNETTI  
Rua Paula Gomes, 110 - Curitiba  
Tel: (41) 3014-2727 - Fax: (41) 3014-2720

Reconheço a(s) firma(s) de:  
[74wTRY0U]-NEY MARCELO URBANO.....  
[74w5hXUKI]-ALLYRIO DE JESUS DIPP FILHO.  
POR SEMELHANÇA: face a impossibilidade  
do signatário comparecer na Serventia.  
(CN. 11.6.3.4).

Em testemunho da verdade.  
Curitiba, 02 de Abril de 2013

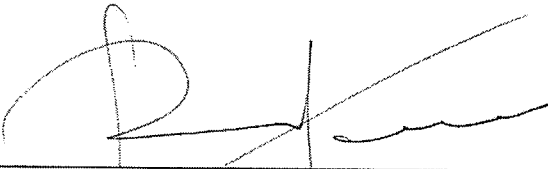
100-OSIANDAL CASELO AZEVEDO  
ESCRITÓRIO DE NOTAS  
TABELIONATO DE NOTAS  
EPL 4365




8

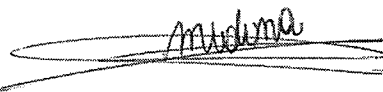
(Página de assinaturas 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Construtora Triunfo S.A., datado de 1º de abril de 2013)

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, na qualidade de representante dos Debenturistas

  
Nome: **ROBERTO BARZÁN TAMIAÑO**  
Cargo: **PRECULADOR**

Testemunhas:

  
Nome: **Ana Carla Gal Custódio**  
RG: **19.804.560-8**  
CPF: **131.722.148-69**

  
Nome: **Érica Medina Pereira**  
RG: **47.206.265-7**  
CPF: **370.744.098-20**

**12º TABELIÃO de NOTAS**  
CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS  
Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep: 01418-100  
DEL. HOMERO SANTO - TABELIÃO - Tel. (11) 3549-6277 - Fax (11) 3284-6362  
Reconheço por semelhança a firma: **ROBERTO BARZÁN TAMIAÑO**,  
a qual confere com o padrão depositado em Cartório.  
São Paulo, 03 de Abril de 2013  
Em testemunho da verdade.  
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado  
1304031057445 - Firma: R\$ 6,50 - Total: R\$ 6,50

  
CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS  
Al. S.º  
Cleber Gonçalves 042AA780906  
Escrevente Autorizado

  
Luis Daniel Alencar  
CPF: 202.795.008-74  
OAB/PR 31.272

**JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ**  
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 08/04/2013  
SOB NÚMERO: ED001120000  
Protocolo: 13/173756-2, DE 04/04/2013  
Empresa: 413 0007336 8  
CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.  
SEBASTIÃO MOTA  
SECRETÁRIO GERAL

1000